

## Nota de repúdio em relação à PEC 55

A Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (ANDEPS), entidade representativa das/os Analistas Técnicas/os de Políticas Sociais que atuam diretamente na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos e programas da área social no Governo Federal, em atendimento à deliberação aprovada em Assembleia da Carreira, torna público seu posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 55/2016 (antiga PEC 241). Esse manifesto coaduna-se com os alertas feitos por diversas outras organizações da sociedade civil, movimentos sociais e sindicatos, tais como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), entre outros, que apontam efeitos extremamente negativos desta medida ao demonstrarem seus impactos sobre as políticas sociais, notadamente a saúde e a educação, e, por consequência, agravarem os efeitos da crise econômica e social, aumentando o desemprego, a desigualdade social e a pobreza.

Apresentado como necessário para o ajuste das contas públicas e maior responsabilidade fiscal, o projeto propõe o congelamento dos gastos primários da União por 20 exercícios financeiros, ao definir que o orçamento dos próximos anos será igual ao do ano anterior acrescido apenas das correções inflacionárias. Assim, essa medida deve estagnar ou até reduzir os investimentos sociais nos próximos 20 anos, prejudicando sobremaneira a execução das políticas de garantia de direitos sociais. Ademais, essa proposta desconsidera as verdadeiras causas do desequilíbrio fiscal e as diversas alternativas possíveis, socialmente mais justas, e menos onerosas ao conjunto da população brasileira, em especial aos trabalhadores e trabalhadoras. Defendemos a urgente revisão e reforma da estrutura tributária existente no país, altamente regressiva e injusta, que sobrecarrega sobremaneira os rendimentos das famílias mais vulneráveis. Precisamos corrigir essa grave distorção, ampliando a participação da tributação direta, dos rendimentos do capital e das grandes fortunas. Defendemos a revisão da dívida pública, por meio de auditoria constitucionalmente prevista e nunca realizada, não para deixar de pagar a quem se deve, mas para identificar e corrigir as medidas ilegais existentes neste sistema, e que vem consumindo, anualmente, recursos exorbitantes do orçamento público. Defendemos o fim das desonerações fiscais que pouco contribuem para a dinamização econômica do país, e também o combate efetivo à sonegação fiscal.

Os cenários que vem sendo apresentados destacam a expressiva redução de recursos para a saúde, educação e outras políticas públicas com a aprovação desta PEC. Na saúde o governo federal deixará de ser obrigado a investir entre 654 bilhões de reais a um trilhão, nos próximos 20 anos, a depender das variações de PIB e Receita Corrente Líquida, que embasam o cálculo. Por outra perspectiva, caso estivesse em vigor desde 2003, a perda nos investimentos em saúde estaria na ordem de mais de 250 bilhões de reais a preços correntes. Vale ressaltar ainda que 2/3 do orçamento federal para a saúde é repassado a estados e municípios para execução de programas e políticas que dependem em grande medida desse recurso e, portanto, sua restrição resultará em redução orçamentária também nos demais entes federados, o que levará a imensos prejuízos na prestação de serviços e ações da saúde. Na educação, especialistas ressaltam que a medida inviabilizará a execução do Plano Nacional de Educação, um enorme retrocesso para o desenvolvimento social e econômico do país. Ainda, nesse novo regime fiscal, caso o limite fixado para a despesa primária seja ultrapassado, o governo fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias. Haverá congelamento salarial e vedação para a realização de concursos e admissão de servidores públicos. Tal proposta irá certamente acentuar os problemas na prestação de serviços sobretudo nas áreas que já são carentes de força de trabalho como nas unidades de saúde, hospitais, escolas, universidades e centros de referência da assistência social. O salário mínimo deixará de ter uma valorização real e de contribuir de forma efetiva com a redução da pobreza e das desigualdades sociais, mesmo com crescimento econômico e disponibilidade orçamentária para isso.

Entendemos que esta PEC comprometerá toda concepção de proteção social e garantia de direitos estabelecidos pelo Estado na Constituição Federal de 1988. Nos posicionamos contra a PEC porque acreditamos ser possível e viável seguirmos caminhos mais humanos e solidários para o desenvolvimento do Brasil, que tenham na ampliação dos investimentos e serviços públicos o caminho acertado para seu crescimento, com redução de desigualdades sociais e mais qualidade de vida para o conjunto da população. A ANDEPS vê na ampliação das políticas e programas sociais o principal rumo para um país mais justo e para uma sociedade mais desenvolvida, com maior capacidade de consumo, que estimule o crescimento e a produção nacional.

Diante desse cenário, esta entidade persistirá atuando na defesa da ampliação e qualificação das políticas sociais, bem como no combate aos retrocessos nas diversas políticas e programas objeto de trabalho desta Carreira de Estado especializada no Desenvolvimento de Políticas Sociais.